

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico Temporário de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima (GTT/PNMC)

15ª REUNIÃO GTT PNMC

Data: 12 de junho de 2024 - das 15h às 18h.

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 7º Andar, Sala 735.

Esta reunião não foi transmitida virtualmente e os seguintes membros estavam presentes:

ÓRGÃO/ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	CARGO
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Thiago Longo Menezes (Titular)	Diretor Interino
	Aloisio Lopes Pereira Melo (Suplente)	Diretor
	André Luiz Campos de Andrade (Titular)	Subsecretário de Planejamento de Longo Prazo na Secretaria Nacional de Planejamento
Presidência da República – Casa Civil	Gabriel Henrique Lui (Titular)	Secretário Adjunto V da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento
	Diogo Victor Santos (Suplente)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil (Titular)	Diretor de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - DEPROS/SDI-MAPA
Ministério das Cidades	Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho (Titular)	Assessora do Gabinete do Ministro
	Yuri Rafael Della Giustina (Suplente)	Diretor de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Márcio Rojas da Cruz (Titular)	Coordenador-Geral de Ciência do Clima

Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Suplente)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Renata Alves de Oliveira Carvalho (Titular)	Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
Ministério de Minas e Energia	Karina Araujo Souza (Titular)	Diretora do Departamento de Transição Energética
Ministério de Planejamento e Orçamento	Hugo Torres do Val (Titular)	Subsecretário de Programas das Áreas Econômicas Especiais
	Suiá Kafure da Rocha (Suplente)	Coordenadora-Geral de Programas Econômicos
Ministério dos Transportes	George Yun (Suplente)	Coordenador-Geral
Ministério da Saúde	Thais Araújo Cavendish (Suplente)	ATPS/ Assessora Técnica Especializada
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora-Geral Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil
	Ivânia Pereira da Silva Teles (Suplente)	Coordenadora-Geral de Articulação e Mobilização – SNPS/SG/PR
AGU (§8º do art. 5º do Regimento Interno do CIM)	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

ÓRGÃO/ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	CARGO
Casa Civil	Rafael Martins Dias	Gerente de Projetos
DPMA/SMC/MMA	Mario Henrique R. Mendes	Analista Ambiental
SMC (Consultora)	Anna Beatriz Anjos	Consultora de Comunicação
FBMC	Branca American	Especialista Sênior

FBMC	Caio Victor Vieira	Especialista em R. Governança
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ana Toni	Secretária
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Júlia Santos Ramalho	Estagiária
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Ana Paula Machado	Diretora
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Camila N. S. Oliveira	Coordenadora de Projetos

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT PNMC

A Secretaria Nacional de Mudança do Clima abriu a reunião.

A pauta foi apresentada, sendo o encerramento da 1ª etapa dos trabalhos. O coordenador do GTT agradeceu a confiança, relatou as demais reuniões que aconteceram nas últimas duas semanas. Projetou a nova estrutura do CIM com a publicação do novo Decreto, que alterou sua estrutura.

2 – Anteprojeto de lei da nova PNMC

A secretaria Nacional de Mudança do Clima explicou a nova estrutura proposta. Foi projetado o texto proposto e o coordenador do GTT falou sobre os pontos destacados. Foi comentada a contribuição dos ministérios e sugerido revisitar as contribuições com participação do MRE.

Foi discutida a definição conceitual do termo “justiça climática”. Uma sugestão foi feita para o conceito de “justiça climática” para que se alterasse o inciso, adicionando o trecho “sem prejuízo do reconhecimento pelo país de demais grupos previstos em normas nacionais ou internacionais”.

Após a discussão deste inciso, passou-se para a discussão da redação do inciso XXI, no conceito de “transição justa”, que tiveram discussões por parte dos ministérios. . Foi

mencionado que o trecho em discussão faz menção aos itens “e” e “f”. Foi sugerido que as especificidades setoriais econômicas fossem consideradas na forma da lei, no primeiro item do inciso.

Após a aprovação dos incisos, passou-se para a tratativa dos instrumentos da PNMC, pulando para o inciso XII do artigo 9, que estava em discussão anteriormente. Foram discutidas questões relativas a

Foi lançado um comentário acerca do licenciamento ambiental, argumentando que seriam “norma sobre norma” que nunca é efetivamente cumprido, foi problematizado que a redação que não está clara, questionando quais empreendimentos seriam, e que estamos colocando na lei algo que já existe e não é utilizado.

O MMA argumentou que a redação foi alterada muitas vezes, e afirmou que na primeira versão, tratava sobre impacto climático no empreendimento, e não o contrário. Ele argumenta que este inciso não é uma espécie de “decreto” que precisa ser feito, mas que ele precisa estar descrito, pois uma vez que está descrito e regulamentado, pode ser implementado como instrumento e poderá ser usado como tal.

Foi sugerido que os dois incisos XII em discussão poderiam ser fundidos em um só inciso e aprovado no texto.

Alguns membros deste GTT disseram estar preocupados quanto os problemas o tema do licenciamento neste artigo pode trazer, argumentando que não temos os requisitos para podermos fixar isto na lei. Além disso, a decisão, mesmo que prevista na lei, não seria neste nível, importante, o importante seria a mensagem que queremos deixar na lei. Foi sugerido que seja utilizada outra nomenclatura que não seja licenciamento ambiental, pois este termo é polêmico. O inciso foi aprovado, com ressalvas e alteração retirando o “se couber”, porém aprovado por maioria absoluta.

Foi comentado sobre os próximos passos deste GTT (definidos neste documento).

Foi questionado sobre a autoria do Relatório Independente de Avaliação, que foi prontamente respondido pelo MMA, afirmando que anteriormente existia uma Comissão que faria esse relatório, porém no novo desenho, esta ficará a mando do CIM, posteriormente, de maneira que o CIM fará a contratação de uma instituição para a produção desse relatório. Foi comentado sobre o art. 13, que implica a aprovação deste Relatório Independente pelo governo, apontando inconsistência na redação e falta de clareza. Os demais membros concordaram e modificaram a redação, adicionando um parágrafo único tratando sobre a fim de trazer mais clareza e eliminar as ambiguidades.

3 – Próximos passos

- 1 - Conclusão desta etapa do GTT;
- 2 - Encaminhamento de Relatório de atividades e proposta de anteprojeto à Secretaria Executiva do CIM;
- 3 - Envio ao Subcomitê Executivo;
- 4 - Envio à CC para realização da consulta pública;
- 5 - Retomada do GTT pelos coordenadores - para análise das propostas da Consulta Pública;
- 6 - Submissão dos resultados da análise da consulta ao Subcomitê Executivo;
- 8 - Submissão ao CIM para aprovação da proposta final de texto;
- 9 – Encaminhamento para a CC (SRI) - análise da forma e momento de apresentação ao CN.